

## **A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DO ALTO SOLIMÕES, AMAZONAS**

**o que dizem os estudantes e professores?**

***Jarliane da Silva Ferreira***

Doutora pelo Programa Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM); Mestre em Educação (UFAM); Especialista em Gestão Educacional (UFAM); Graduada em Pedagogia (UFAM)

E-mail: jarlianeferreira@ufam.edu.br

***Carmen Pineda Nebot***

Mestre em Direito (Universidade Complutense de Madri);  
Mestre em Ciências Políticas e Administrativas (UAM – Espanha)  
E-mail: carmenpinedabot@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo visa compartilhar os resultados de uma parte da pesquisa realizada com estudantes e professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA)<sup>1</sup>. A partir dos mapas mentais e das vozes dos participantes, demonstra-se que suas visões e intenções político-educacionais contrastam com as políticas neoliberais implementadas atualmente. A pesquisa faz parte de um projeto mais amplo denominado "Educação de Jovens e Adultos com povos do campo, das águas e da floresta: políticas, práticas e territorialidades", financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado do Amazonas (FAPEAM). Utilizou metodologias participativas e uma abordagem qualitativa, incluindo entrevistas e produção de desenhos pelos participantes. As narrativas e desenhos dos estudantes e professores revelaram que os princípios que eles expressam estão em desacordo com as legislações atuais, particularmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Resolução das Diretrizes Nacionais para a EJA (Resolução nº 01 de 2021). A pesquisa também destacou uma série de desafios para alcançar as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) relacionadas a essa modalidade de ensino. Os resultados claramente indicam a urgência de implementar políticas educacionais mais inclusivas e que estejam

---

<sup>1</sup> Parte dessa discussão foi apresentada no artigo: A EJA que queremos: reflexões sobre a oferta da Educação de Jovens e Adultos no Alto Solimões/AM. In: FERREIRA, J. S. e PINEDA, C. (Org.). Educação de jovens e adultos com povos do campo, das águas e da floresta: territorialidades, políticas e práticas. Manaus/AM: EDUA, São Paulo: Alexa Cultural, 2022. E ampliado neste artigo.

alinhas com as necessidades dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na localidade/região.

**Palavras-chave:** Curriculo na EJA; Formação; Legislações.

**Abstract:** This article aims to share the results of a portion of the research conducted with students and teachers of Youth and Adult Education (EJA). From the mental maps and the voices of the participants, it is demonstrated that their political-educational views and intentions contrast with the neoliberal policies currently implemented. The research is part of a broader project called 'Youth and Adult Education with People from the Countryside, Waters, and Forest: Policies, Practices, and Territorialities,' funded by the Amazonas State Research Support Foundation (FAPEAM). It used participatory methodologies and a qualitative approach, including interviews and the production of drawings by the participants. The narratives and drawings of the students and teachers revealed that the principles they express are at odds with current legislation, particularly the National Common Curricular Base (BNCC) and the Resolution of the National Guidelines for EJA (Resolution No. 01 of 2021). The research also highlighted a series of challenges in achieving the goals of the National Education Plan (PNE) related to this mode of education. The results clearly indicate the urgency of implementing more inclusive educational policies that are aligned with the needs of EJA students in the region/locality.

**Keywords:** EJA curriculum; Training; Legislation.

## INTRODUÇÃO

Atualmente, o cenário educacional enfrenta desafios significativos no Brasil. Esse contexto é caracterizado pela retirada de direitos, implementação de normativas com forte ênfase e grandes investimentos na educação à distância. Normativas recentes, como a Reforma do Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com Diretrizes Nacionais alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC<sup>2</sup>), também têm impactado profundamente o campo educacional.

<sup>2</sup> Aprovada em 2017, é um documento que normatiza a estrutura curricular da Educação Básica no país. A EJA sequer foi tratada neste documento, o que nos leva a considerar o grande lapso da EJA na atual política educacional brasileira.

A Reforma do Ensino Médio introduziu mudanças estruturais substanciais, como a flexibilização do currículo e a ênfase em itinerários formativos, o que tem gerado debates intensos sobre seus efeitos na qualidade e na equidade educacional. Além disso, a EJA, ao ser alinhada à BNCC, enfrenta desafios específicos relacionados à adequação dos currículos e práticas pedagógicas para atender às necessidades de jovens e adultos que retornam aos estudos.

Essas normativas refletem uma política educacional que busca adaptar o sistema às novas demandas sociais e econômicas, porém também suscitam preocupações sobre a democratização do acesso à educação de qualidade e sobre a eficácia das políticas implementadas. Enquanto isso, o aumento dos investimentos na educação à distância levanta questões sobre a equidade no acesso ao ensino e sobre a qualidade do aprendizado proporcionado por esses meios.

Portanto, os desafios enfrentados hoje no campo educacional no Brasil são multifacetados e requerem uma reflexão crítica e contínua sobre as políticas implementadas, visando sempre garantir o direito à educação de qualidade para todos os cidadãos.

A Resolução CNE/CEB nº 1 de 25 de maio de 2021 foi aprovada em meio ao contexto da pandemia, sem proporcionar as oportunidades necessárias para debates e diálogos abrangentes sobre um processo que demandaria a consideração das diversas necessidades. Isso contrasta com o contexto em que as Diretrizes Nacionais, aprovadas em 2000, foram estabelecidas. Na época, a legislação enfatizava a importância de compreender a Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir de suas particularidades e das demandas identificadas em consultas públicas.

A citação de Almeida, Araújo e Fiúza (2022, p. 4) destaca que a lei de 2000 explicitava a necessidade de uma abordagem inclusiva, que considerasse as especificidades da EJA e incorporasse as contribuições do público por meio de consultas públicas. No entanto, com a aprovação da Resolução de 2021 durante um período desafiador como a pandemia, essas oportunidades de participação e escuta podem não ter sido devidamente contempladas, o que levanta questões sobre a representatividade e adequação das novas diretrizes às necessidades reais dos estudantes e professores da EJA.

Assim, o contraste entre os processos legislativos de 2000 e 2021 sublinha a importância de um debate aberto e inclusivo na formulação de políticas educacionais, especialmente em tempos de mudanças significativas como os enfrentados durante a pandemia.

Almeida, Araújo e Fiuza (2022), consideram uma preocupação o caráter uniformizador da BNCC que reflete nas políticas educacionais de todo país, quando considera na nova legislação uma política de educação baseada em eixos tratados e compreendidos de forma isolada, principalmente com ênfase na educação à distância e profissional, e retirando da educação permanente seu significado mais amplo.

Uma questão crucial a ser abordada aqui é como investir na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) à distância, considerando que historicamente as oportunidades de acesso e continuidade têm sido desafios significativos para grupos sociais menos favorecidos. Os sujeitos da EJA são jovens, adultos e idosos da classe trabalhadora, que frequentemente enfrentam diversas formas de exclusão social e educacional ao longo de suas vidas (Pineda e Barros, 2021). Como destacado por Arroyo (2006), esses educandos têm histórias individuais, identidades étnico-raciais diversas e muitas vezes vêm de contextos como o campo e a periferia.

Seguir as normativas da legislação atual sem considerar esses perfis diversificados dos estudantes da EJA pode resultar na generalização de suas necessidades e desafios. A atual legislação pode não estar adequadamente sensível às dificuldades de acesso aos recursos tecnológicos e à conectividade de qualidade necessários para o ensino à distância. Além disso, muitos estudantes da EJA podem não ter acesso a ambientes virtuais adequados e tranquilos em seus domicílios, condições essenciais para o aprendizado à distância. Essas dificuldades são agravadas em regiões como o Alto Solimões, onde a exclusão digital é prevalente, conforme discutido por Ferreira *et al.* (2021).

Assim, é fundamental que qualquer iniciativa de educação à distância na EJA leve em consideração as realidades específicas e as necessidades individuais dos estudantes. Deve-se buscar formas inclusivas de implementar políticas que assegurem o acesso equitativo à educação de qualidade para todos, independentemente de suas circunstâncias socioeconômicas e geográficas. Isso implica não apenas garantir acesso a tecnologias e conectividade adequadas, mas também criar ambientes virtuais que sejam acolhedores e propícios ao aprendizado, respeitando as diversidades étnico-raciais, culturais e socioeconômicas dos estudantes da EJA.

Percebe-se uma tendência na oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que se baseia na *desescolarização*, conforme apontado por Nicodemos e Cassab (2022). Esse termo refere-se à movimentação contrária às políticas educacionais hegemônicas, colocando nas mãos de

grandes grupos financeiros os rumos da educação escolar. Essa tendência enfatiza a educação não presencial e baseada em certificação, o que representa um desafio significativo para a democratização e a qualidade do ensino.

Para Nicodemos e Cassab (2022), essa orientação vai de encontro às políticas educacionais contra-hegemônicas, que tradicionalmente buscam valorizar a presença física, o diálogo e a formação integral dos estudantes. Ao permitir um alto percentual de educação à distância na EJA, há o risco de marginalizar ainda mais grupos já excluídos do sistema educacional formal, como jovens, adultos e idosos da classe trabalhadora, que enfrentam desafios adicionais em acessar recursos tecnológicos e ambientes propícios ao aprendizado remoto. Portanto, o movimento em direção à *desescolarização* na oferta da EJA levanta importantes questionamentos sobre os rumos da educação pública no Brasil, especialmente no que tange à equidade, à qualidade e à democratização do ensino para todos os cidadãos.

Em nossa opinião a EJA deve servir, como todo sistema educacional, como elemento transformador da sociedade, capaz de criar oportunidades de melhoria das condições de vida dos mais vulneráveis, sendo assim uma importante política pública (Ferreira; Pineda, 2022).

Este artigo tem como objetivo compartilhar os resultados de uma parte da pesquisa realizada com estudantes e professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), evidenciando através dos mapas mentais e das vozes desses participantes que suas visões e intenções político-educacionais são contrárias às políticas ultraneoliberais implementadas atualmente.

Este artigo está estruturado da seguinte maneira: começamos com a introdução, seguida pela descrição da metodologia adotada na pesquisa. Em seguida, abordamos as percepções dos participantes da EJA em relação ao tipo de educação que almejam. Finalizamos com as considerações finais, em que destacamos as principais contribuições e repercussões desta pesquisa. A seguir apresentaremos a metodologia utilizada nesta pesquisa.

## METODOLOGIA

Este artigo traz os resultados de uma das etapas da pesquisa do projeto Painter Fapeam: Educação de Jovens e Adultos com povos do campo, das águas e da floresta: políticas, práticas e territorialidades. Nesta fase da pesquisa, foi fundamental buscar compreender a visão de

Educação de Jovens e Adultos que os próprios sujeitos desejam. Para isso, utilizaram-se técnicas baseadas em metodologias participativas, realizando trabalhos de campo embasados na abordagem qualitativa conforme proposto por Stake (2011). O foco principal foi a coleta de mapas mentais elaborados pelos participantes da pesquisa, incluindo estudantes e professores da EJA.

Essa abordagem permitiu uma vivência rica e significativa, facilitando a troca de saberes e experiências através da participação ativa e sistemática dos sujeitos envolvidos. Os mapas mentais são instrumentos valiosos que proporcionam pistas sobre as percepções, aspirações e necessidades dos estudantes e professores da EJA em relação ao processo educacional. Ao adotar metodologias participativas, a pesquisa não apenas capturou dados, mas também promoveu um espaço inclusivo para que os participantes expressassem suas vozes e contribuíssem diretamente na construção do conhecimento sobre suas realidades educacionais.

O mapa mental faz parte de uma metodologia participativa já vivenciada pelo grupo de pesquisadores interdisciplinares que fazem parte do Observatório da Educação do Campo no Alto Solimões - OBECAS, a fim de considerar as diferentes vozes dos sujeitos e que, geralmente, são oprimidas. A equipe de pesquisadores foi constituída por profissionais e acadêmicos de diferentes áreas (Pedagogia e Antropologia), numa perspectiva e vivência interdisciplinar e interinstitucional que o trabalho exige. Participaram da pesquisa um total de 40 estudantes e 2 professores. Os estudantes tinham idades variando de 16 a 60 anos.

Inicialmente foi fundamental a imersão em documentos tais como o Plano Nacional de Educação (2014-2024), Diretrizes da EJA (2000, 2021), anuários com dados da EJA, a fim de acessar as legislações, dados atuais e as políticas públicas recentes que embasam a modalidade.

Nossa inserção e a coleta de dados nas turmas da EJA se deu de forma muito tranquila e acolhedora, uma vez que já desenvolvemos práticas e projetos em parceria com professores e estudantes da EJA em todos os semestres de ensino, seja em práticas de campo, projetos de extensão, pesquisas de PIBIC e TCC, ainda práticas de estágios supervisionados nos anos iniciais e na Gestão Educacional.

Assim, esse universo já é bem conhecido e frequentado por nós, marcado por idas e vindas, da escola para academia e da academia para a escola, momentos em que os estudantes da pedagogia vão às turmas da EJA, e depois os professores e estudantes da EJA vão até a academia. Esse

processo de certa forma marca aquilo que os antropólogos afirmam em que o tempo de permanência e a observação participante faz toda a diferença no aumento de grau de confiabilidade dos sujeitos informantes na pesquisa. No sentido em que não houve resistência em nenhum momento na dinâmica e metodologia que utilizamos com eles.

Fomos até as salas de aula, cada noite em uma turma. Com explicação e autorização prévia de nossa intervenção em suas aulas. As turmas nos receberam muito bem e com bastante alegria. Os estudantes ficaram à vontade para falar suas opiniões sobre os temas abordados. Assim, utilizamos a partir de suas autorizações o celular como gravador de voz e para registro do momento para fins da produção desses materiais, que já foram apresentados e discutidos em um primeiro momento com os próprios estudantes e professores da EJA, em uma grande roda de conversa na universidade.

Essa abordagem permitiu não apenas coletar dados significativos, mas também promover um diálogo aberto e inclusivo sobre as percepções, necessidades e aspirações dos envolvidos na EJA. A participação ativa dos estudantes e professores não apenas enriqueceu o processo de pesquisa, mas também contribuiu para fortalecer a colaboração e o entendimento mútuo entre os diversos atores educacionais envolvidos.

#### **A EJA QUE QUEREMOS: VISÕES SOBRE A EJA A PARTIR DE SEUS SUJEITOS**

A Educação de Jovens e Adultos, considerada uma modalidade de ensino, é oferecida àquelas pessoas que não tiveram oportunidade de ingressar no sistema educacional em idade própria (art. 208, inciso I, da CF, 1988; art. 37 da LDBEN, 1996). O não acesso à educação formal encontra força nas práticas de exclusão que o sistema escolar brasileiro consolidou historicamente, tornando o direito à educação como *dívida social* e pedagógica com as pessoas que não puderam usufruir de seus direitos sociais, conquistados constitucionalmente.

Os sujeitos da EJA são pessoas que veem na educação escolar a possibilidade de adquirir conhecimentos científicos e melhor qualificação ao trabalho que desempenham. De modo geral são trabalhadores e trabalhadoras que têm preocupação em concluir com rapidez seu processo formacional.

Verifica-se, ao longo da história, a grande dificuldade de implementação e execução de programas destinados à educação de adultos e de estes cumprirem seus objetivos. No geral, a história

evidencia que essa modalidade de ensino não constituiu foco de prioridade no âmbito das políticas governamentais (Pereira, 2006).

Na educação de adultos há menos recurso, a exemplo disso, no último governo, houve um corte de mais de 400 milhões de reais entre os anos de 2016 a 2021 (Pineda, 2023). A falta política de formação específica de seus professores implica na qualidade dos serviços oferecidos, pois é comum a atuação de professores com pouca qualificação, em muitos casos, inexperientes, desmotivados, e, tendo que se desdobrar para criar estratégias para o público jovem, adulto e idoso, pois os livros didáticos e os materiais geralmente são embasados na alfabetização infanto-juvenil.

A pesquisa realizada mostrou que os estudantes da EJA são pessoas com faixa etária entre 16 a 60 anos, que desempenham diferentes funções na sociedade. Esses são pescadores, costureiras, agricultores, domésticas, funcionários públicos, autônomos, mães casadas, solteiras, do lar, jovens desempregados, enfim, cidadãos/ãs que buscam o acesso ao sistema formal de ensino por diversas razões, pois “a alfabetização é considerada um dos pilares da cultura contemporânea, pelo valor que a escrita e a leitura adquiriram no modo de vida das sociedades urban-industriais permeadas pela ciência e tecnologia” (Galvão; Di Pierro, 2007, p. 13).

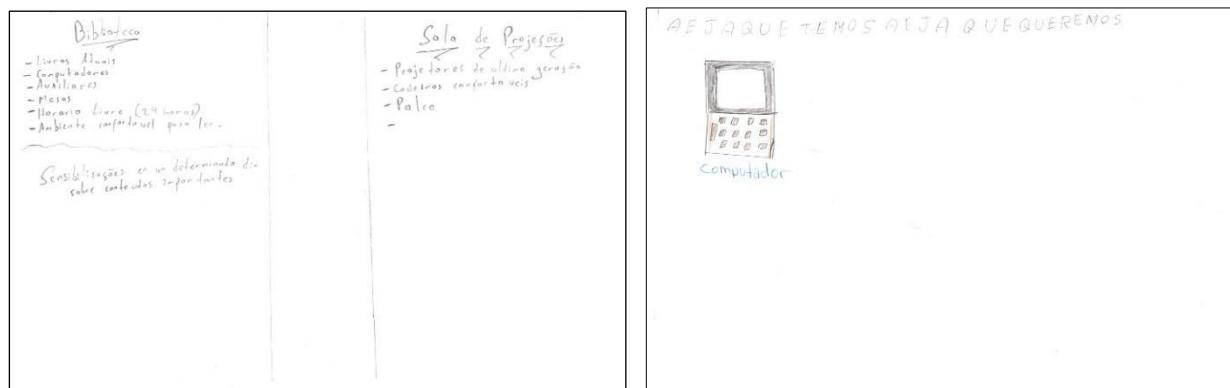
Por se tratar de uma região de fronteira e demarcada por terras indígenas, as turmas da EJA, localizadas em Benjamin Constant - Alto Solimões/AM, possuem características diferenciadas de outras localidades do país. É constituído por moradores indígenas, não-indígenas, nordestinos — que migraram para região na época do período área da borracha —, peruanos, devido a fronteira entre Brasil e Peru. Logo, as turmas da EJA são marcadas pela sociodiversidade presente na região. Dos 40 estudantes entrevistados, 9 se declararam indígenas e um afirmou ser peruano.

E qual a Educação de Jovens e Adultos que os próprios sujeitos desejam? Essa foi a pergunta feita em uma das rodas de conversa em que foi aplicada a técnica da coleta dos mapas mentais com uma professora e seus estudantes, em uma turma do sexto e sétimo ano do ensino fundamental a fim de conhecer, a partir de suas narrativas, a EJA que eles e elas desejam e sonham, contribuem mais ainda para se pensar no currículo e projetos pedagógicos próprios para a modalidade em atenção àquilo que os seus próprios sujeitos apontam. O primeiro mapa mental que nos chamou atenção trouxe um desenho dos elementos daquilo que geralmente eles não vivenciam nas turmas da EJA. Todos os estudantes

abordaram sobre a necessidade de acessar a biblioteca da escola, já que a noite há essa problemática, em que os serviços de biblioteca, quadra esportiva, laboratórios não funcionam. Essa concepção muito atrelada a EJA como uma política pública menor, sempre com uma visão de inferioridade que atravessa historicamente os rumos da EJA no país.

Um estudante afirma: “Que tenha um horário de educação física, pois o restante está tudo bem” (relato de um estudante da EJA, pesquisa de campo, 2022). Um outro acrescentou: “A EJA que nós queremos, no meu ponto de vista, precisamos de computador para pesquisar, a internet que temos não funciona, não nos ajuda, precisamos também de uma biblioteca para gente ter conhecimentos atuais” (relato de um estudante da EJA, pesquisa de campo, 2022).

### Imagens 1 e 2: Mapas mentais produzidos por sujeitos da EJA



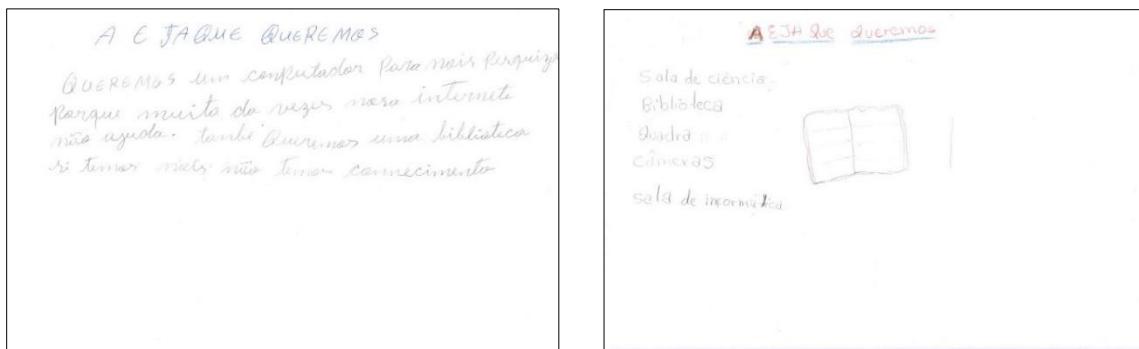
Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Eles também solicitam por acesso a livros mais atuais, ambientes confortáveis para leitura, acesso a computadores, horários livres no currículo para abordar temas atuais e de interesse deles (figuras 3 e 4). Que tenham uma sala de projeção, palco dando a ideia de vivenciar um ambiente mais atrativo também para a EJA, com filmes e teatro.

A flexibilidade nos horários de entrada e saída, a não-cobrança de presença, a frequência de acordo com o desempenho e/ou interesse em uma disciplina ou projeto, ou campo de interesse, tudo isso aponta para uma forma de conceber a escola e o seu currículo que, no limite, indicam sinais para uma nova forma de fazer EJA, superando o modelo tradicional, cuja reposição acelerada do currículo do ensino regular é a principal característica, e os alunos tratados de forma homogênea, classificados por séries (Haddad, 2007, p. 17).

Um outro estudante, num tom de cobrança da universidade, solicitou “um projeto preparatório para acessar o ensino superior”. Essa demanda foi recebida pela universidade a fim de pensar em projetos de extensão que possam viabilizar essa parceria com a escola para garantir essa ação. A meta 9, que aborda a modalidade da EJA, em sua estratégia 9.9 afirma: “apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses(as) alunos(as)” (PNE, 2014).

### Imagens 3 e 4: Mapas mentais produzidos por sujeitos da EJA



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Uma rica indicação para a construção de um currículo para a EJA ficou evidenciado na fala de um dos estudantes acerca da vontade de poderem escolher temas diversos para serem tratados na EJA, conforme fala do estudante:

Seria bom ter uma biblioteca bem ampla, que contenha livros atuais, porque não adianta ter livros antigos, que não atribuem em nada, computadores, auxiliares para nos ajudar com os livros que estamos procurando, mesas, que seja de horário livre e um ambiente confortável pra gente ler sem barulho, o outro seria uma sala de projeção, poderia ter projetores, cadeiras confortáveis, e a última que nós queremos é sensibilizações em determinados dias, um horário de aula sobre temas diversos, ou seja, coisas importantes agora que tá dando aqueles casos de abusos sexuais, um dia, um horário para sensibilizar as pessoas, com temas e conteúdos importantes (relato de um estudante da EJA, pesquisa de campo, 2022).

Esse depoimento aponta a necessidade de considerar a especificidade da EJA em nossas práticas e projetos. A pesquisa de Soares

(2011) trouxe uma contribuição significativa a partir daquilo que era considerado especificidade na EJA. O estudo foi realizado por meio de observação em campo e estudos com 4 projetos acerca da EJA, em quatro regiões diferentes do país. Em um deles a proposta se deu com o viés da contextualização como um eixo norteador do trabalho pedagógico, considerou-se importante a instituição de fóruns periódicos com estudantes da EJA a fim de obter temáticas de interesse e aplicar durante as aulas. Esse relato da pesquisa somado à fala do estudante da EJA nos aponta para mudanças significativas nesse contexto, a partir da consideração das vozes de seus sujeitos.

Outro destaque foi a fala de um estudante que se preocupou com as razões do número reduzido de estudantes que vão às aulas todas as noites.

O EJA que queremos é relacionado a sala de aula, o EJA que temos hoje temos poucos alunos e não sabemos por qual motivo, temos bastante matrículas e os alunos não comparecem, não sei se é por falta de incentivo, então queremos saber da direção por que. Pois, queremos a sala cheia, eu acho que é por causa do trabalho, eu, por exemplo estou vindo hoje, por causa eu estava pensando em desistir, porque eu trabalho de noite, eu acho que vou desistir, mas eu quero terminar o ensino médio. Se a gente conseguisse trabalhar de dia, eu trabalhava e estudava, a gente não sabe o dia a dia de cada um, uns querem estudar e outros não (relato de um estudante da EJA, pesquisa de campo, 2022).

Também queremos maior número de alunos na escola, acho pouco para uma demanda grande que temos no município (relato de uma professora da EJA, pesquisa de campo, 2022).

Acompanhando a fala do estudante é possível entender que ninguém se sente motivado observando seu grupo diminuir a cada dia nas aulas. Esse evento desmotiva em rede, tanto os estudantes, como os professores. Talvez a novela, o filme, a conversa familiar esteja mais atrativa do que as aulas com materiais infantilizados que são reproduzidos, ou ainda os próprios estudantes não se veem nos materiais, conteúdos e temáticas abordadas, sabem e sentem o tratamento menor e inferiorizado que recebem, com negação de acesso

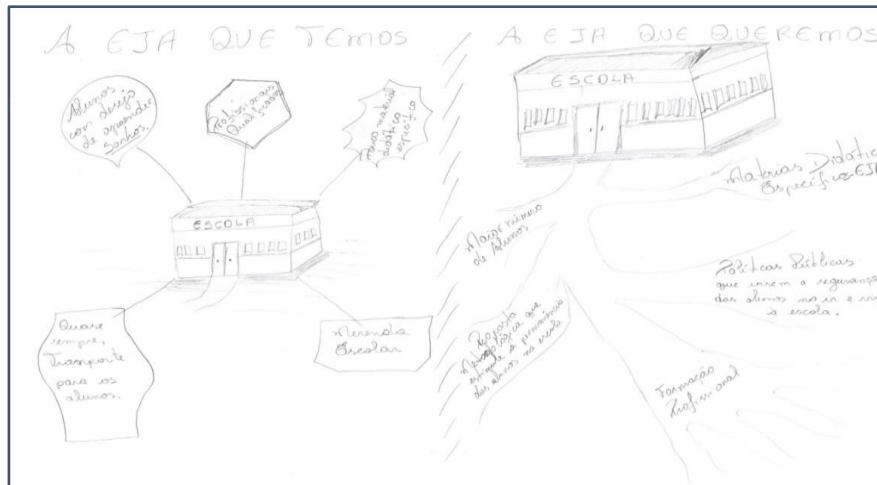
a determinados espaços escolares. Assim, questionam-se: “por que permanecer? Esse espaço pertence a nós, jovens, adultos e idosos?”

Por outro lado, fora da escola e, estranhamente muitos até dentro dela, permanecem índices de pessoas não alfabetizadas, em analfabetismo funcional e com média de escolaridade da população de 15 anos ou mais preocupantes. Sentimos que ainda faltam maiores mobilizações, chamadas públicas e principalmente diagnósticos, a fim de saber a real demanda dos municípios em relação ao alcance das metas 8 e 9 do PNE (Barros; Pineda; Andrade, 2018). Ainda é insípida e muito tímida as ações que considerem as estratégias apontadas no PNE, só para exemplificar, referente à estratégia 8.6 “promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude”, bem como a estratégia 9.2 que estabelece “realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos”.

No que tange à média de anos de escolaridade o Plano Estadual de Educação do Amazonas segue as estratégias contidas no Plano Nacional, trazendo uma estratégia interessante na promoção do alcance dessa meta. O estado do Amazonas está com 9,3 anos de escolaridade entre a população de 18 a 29 anos, assim traz a estratégia 8.8: “promover estudos, seminários, workshops, em parceria com as IES públicas e os fóruns de educação, sobre os fatores que interferem na permanência da população de 18 a 29 anos no processo escolar” (Plano Estadual de Educação, 2015).

Um outro estudante nos chamou atenção para a falta de materiais específicos para a EJA: “Eu não escrevi muita coisa porque eu ainda estou aprendendo agora, né? Eu desenhei a escola e livros, né? Porque era pra nós termos ganhado livros da EJA, né? Nós precisamos e não tem, ou seja, materiais específicos para a EJA”.

Imagen 5: Mapas mentais produzidos por sujeitos da EJA



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Uma professora aborda também sobre a importância de se ter na EJA materiais didáticos diferenciados.

Temos poucos materiais específicos da área, que acredito ser o grande problema da EJA, que não pode ser igual ao do 6º, 7º do ensino fundamental tem que ser um material diferenciado, estava pensando em produzir uma apostila, para terem um material para estudar em casa, além do que fazemos aqui, o tempo é muito curto, prejudica não só o professor, mas também o aluno, em vez de estar copiando, a gente estaria explicando, não perderia tanto tempo. O que falta hoje na escola é o material didático específico da EJA (relato de uma professora da EJA, pesquisa de campo, 2022).

Além de ser unânime entre estudantes e a fala da professora o reconhecimento do quadro qualificado de professores que atuam na EJA, todos com formação em nível superior e boa parte com especialização e até mestrado. A presença da universidade no interior do estado do Amazonas trouxe a possibilidade do acesso ao nível superior pelos professores e moradores do Alto Solimões, principalmente para a classe trabalhadora, que não tinha condições financeiras para enviarem seus filhos para a capital Manaus (mais de mil quilômetros de distância). “A escola tem profissionais qualificados, pois os professores que estão aqui, estão preparados, nós temos uma relação muito boa” (relato de uma professora da EJA, pesquisa de campo, 2022).

Por último mostrou também a possibilidade de oferta de ensino de educação profissional na EJA no ensino fundamental e médio, como uma demanda própria dos sujeitos alunos da EJA. Uma articulação entre educação geral e profissional seria necessária, uma vez que muitos alunos da EJA já estão inseridos no mercado de trabalho e esse tem sido um dos fatores fortes de retorno escolar e busca pela modalidade (Pierro; Joia; Ribeiro, 2001).

As narrativas apontam para o desejo de acessar o ensino profissionalizante na EJA, condizente com a meta 10 do PNE que estabelece: oferecer, no mínimo, vinte e cinco por cento das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Os relatos dos estudantes dão ênfase na vontade de querer sair do ensino fundamental ou médio formado para atuar em uma profissão, reiterado na fala de uma das professoras: “Uma EJA com formação profissional, onde o aluno possa sair daqui, com um técnico a nível profissional” (relato de uma professora da EJA, pesquisa de campo, 2022). Em seguida, o quadro síntese apresenta os desejos e demandas discutidos até o momento pelos estudantes e professores da EJA que participaram deste estudo.

**Quadro 1: Desejos e demandas de estudantes e professores/as da EJA:**

*Infraestrutura:*

- Bibliotecas
- Quadra desportiva
- Laboratórios de ciências e de informática com acesso à internet.
- Equipamentos como computadores, datashow
- Carteiras confortáveis nas salas de aula
- Sala de projeção de filmes e vídeos
- Palco para teatro
- Salas de leitura

*Currículo:*

- Horários livres no currículo para temas atuais e de interesse dos estudantes.
- Projetos e pesquisas de Combate à evasão escolar
- Materiais didáticos específicos
- Formação docente específica
- Projetos de preparação para acessar o ensino superior
- Ensino profissionalizante.

Nesse sentido, afirmamos que devemos ver a EJA pelos olhos e pelas falas daqueles e daquelas que estão cotidianamente no chão da escola. E considerar uma formação integral como direito dos estudantes, pois a EJA que eles e elas querem e sonham marcam alguns eixos que são primordiais nesse processo.

Nesse caminho e em diálogo com Pierro, Joia, Ribeiro (2001), podemos assentar a EJA que os sujeitos desejam com base em alguns eixos já abordados pelos autores, assim considera-se primordial a ideia de que todos e todas aprendem no decorrer da vida, e desmitificar a ideia de que é mais fácil aprender quando se é criança. Trilhando esse caminho, a educação e a aprendizagem serão consideradas em seu sentido amplo, como dito pelos autores. Somente “assim a educação de jovens, adultos e idosos, poderia deixar de ser associada ao atraso e à pobreza e passar a ser tomada como indicador do mais alto grau econômico e social” (Pierro; Joia; Ribeiro, 2001, p. 76).

Nesse caminho iremos considerar um currículo embasado em uma formação geral e também profissional, fazendo amplo processo de escutas públicas, em que os principais sujeitos serão considerados. Nessa consulta pública é importante ainda considerar uma ação interdisciplinar, interinstitucional e intersetorial, pois tratar da EJA requer fazer uma análise crítica de uma realidade complexa que exige intervenções não mais disciplinar e isolada. Essa formação carece ser política alicerçada em pilares críticos como formas de atuação e entendimento do mundo e de sua condição humana no mundo, pois como já dizia Freire, não há neutralidade na educação. Ainda para os autores, para além da dualidade no ensino, busca-se hoje a necessária inserção da formação política na EJA, buscando toda a base na Pedagogia de Paulo Freire e na Educação Popular. E hoje mais do que nunca, nota-se a necessidade de inserção da formação política.

As descobertas sugerem que políticas educacionais precisam ser adaptadas para melhor atender às necessidades específicas dos estudantes da EJA, incluindo a provisão de materiais didáticos apropriados e a criação de ambientes de aprendizagem mais inclusivos.

Por fim, uma EJA flexível. Currículos e projetos próprios dão caminhos para se pensar em uma nova EJA para os diferentes contextos e público diferenciado e diverso. Concordamos com Pierro, Joia e Ribeiro (2001), e reiteramos que a EJA precisa deixar de ser vista como algo inferior, lugar de constante evasão e apostar mais nas mobilizações, chamadas públicas, mapeamentos, a fim de promover o aumento de grau de escolaridade da população, assim ajudaria a mudanças de concepções

de que é possível aprender em todas as etapas da vida e desmitificar a ideia de que a melhor fase para aprender é na infância.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) representam uma diversidade de sonhos e aspirações. Um dos seus maiores sonhos é também um desejo fundamental: o desejo de aprender. Para homens e mulheres, a aprendizagem tem um significado profundo na busca por reconhecimento social e visibilidade. Muitos desses alunos são indivíduos cujas vozes frequentemente não são ouvidas devido às suas condições sociais.

A EJA atual possui diversas características positivas, sendo uma delas a qualificação dos profissionais da educação envolvidos. O corpo docente e administrativo da EJA está capacitado para atender de maneira adequada tanto à modalidade de ensino quanto à diversidade de alunos que frequentam suas salas de aula.

Esses profissionais não apenas possuem o conhecimento técnico necessário, mas também demonstram um compromisso genuíno com o sucesso educacional e o bem-estar dos estudantes da EJA. Isso é crucial para criar um ambiente de aprendizado acolhedor e inclusivo, onde cada aluno se senta valorizado e apoiado em sua jornada educacional. Portanto, a EJA atual não apenas reconhece a diversidade e as necessidades dos seus alunos, mas também investe na capacitação contínua dos seus profissionais para garantir uma educação de qualidade que promova o empoderamento e o desenvolvimento integral dos estudantes adultos em busca de novas oportunidades educacionais.

Políticas de permanência para as turmas da EJA fazem-se necessárias, uma vez que muitos alunos não dispõem de tempo para jantar em casa, no tempo de saída do trabalho e entrada na escola. Assim, é claro, como outros não dispõem de alimentação em suas residências e fazem a refeição exclusivamente na escola. Um incentivo importante para a assiduidade dos alunos é a merenda escolar.

Além disso, o transporte escolar noturno é um motivador e instrumento de segurança para os alunos da EJA. Com o uso do transporte os alunos se sentem mais seguros, principalmente no retorno para casa, pois há relatos ao longo do ano de assaltos no caminho de volta pra casa, tanto de alunos quanto de professores.

Percebeu-se que o material didático não é específico para a área da EJA, sendo que a implementação de livros e apostilas próprios que

atraíssem a atenção dos estudantes tornaria o processo pedagógico mais eficiente.

Precisamos de mais jovens e adultos nas escolas. Mesmo vivendo na era das novas tecnologias digitais e a internet em avanço constante o quantitativo de pessoas que não conseguem concluir a educação básica é muito evidente. Tais evidências são explicadas por fatores como: gravidez na adolescência, necessidade de trabalhar antes de atingir a maioridade, proibição do cônjuge, dentre outros fatores.

O aluno da EJA quando retorna à escola deseja conquistar a liberdade, seja ela qual for. Por isso, uma EJA que buscasse qualificar profissionalmente seus estudantes seria de grande ajuda para muitos estudantes. Para isso, o investimento em políticas públicas é essencial para a qualidade do ensino, permanência dos alunos na escola e conclusão do ensino. Em Benjamin Constant tem muitos entraves quanto estabelecer políticas de inclusão de jovens e adultos na escola. O transporte escolar é um componente importante para assegurar que o aluno vá e volte para a escola em segurança, assim como propostas de pensar metodologias ativas que estimulem a permanência dos alunos na escola. Para isso, faz-se necessária a produção ou distribuição, por parte do Estado, de materiais didáticos específicos para a EJA, assim também como mídia eletrônica. Além disso, são necessários espaços que possam ser utilizados por esses alunos, como as bibliotecas ou os laboratórios.

Ao gerar a possibilidade de discussões e estudos mais aprofundados e referenciados sobre o tema Educação de Jovens e Adultos a partir desta pesquisa, foi possível trazer, por meio dos sujeitos, uma visão menos periférica, em certo sentido, a desmistificação dessa modalidade de ensino, que via de regra tem sido tratada através dos tempos como uma “gorjeta” dada àqueles cidadãos que escapando do tempo escolar na idade própria, acabaram excluídos do processo de desenvolvimento local e quiçá, também, regional e nacional.

Em um contexto explicitado por um turno noturno exíguo para o ensino-aprendizagem, na contradição de salas de aula, por vezes cheias e em outras condições praticamente vazias, com professores nem sempre identificados e/ou motivados com seu magistério ou com a modalidade, principalmente naquilo que diz respeito à EJA. A realização desta pesquisa veio possibilitar o reconhecimento de uma matriz discriminatória que também encontra eco na EJA local, sendo, pois esta, mesmo aqui, considerada como “educação menor”, ou compensatória, corroborando assim um processo histórico que vem sentenciando a EJA ao longo dos anos recentes, a uma posição de inferioridade institucional

e formacional, diante das demais modalidades e níveis da educação nacional.

Aponta-se ainda como resultado a apostila em um currículo com suas especificidades e que eles e elas tenham voz na sua construção. Um currículo que atenda uma formação integral e contínua, aliada com a formação profissional, e centrada na ampliação do conceito de educação para aproveitamento dos estudos e articulação com alternâncias e outros meios e modalidades de ensino, que considerem outros tempos e espaços formativos.

Por fim, percebeu-se ainda muitas ausências de ações voltadas para o atendimento das metas do PNE atual. Um certo silenciamento da EJA, seja nas legislações, como em sua oferta. Os entes federados precisam cumprir o seu papel na condução e efetivação das políticas públicas já garantidas e aprovadas legalmente no país. Sem esquecer que é preciso incorporar mais meios econômicos que permitam uma melhoria significativa da EJA. Assim como as universidades precisam estar mais atentas e sensíveis no sentido do desenvolvimento de pesquisas, extensão e ensino na graduação e pós-graduação que considere a modalidade da EJA.

A EJA precisa deixar de ser o “patinho feio” da política educacional e ter um papel mais importante na agenda política. São pessoas que fazem um grande esforço para se integrar no sistema educativo e devem, por isso, ser considerados elementos preferenciais dessa comunidade educativa.

A política educacional brasileira não deve ser apenas de qualidade, mas também atender a critérios de equidade. Para isso, é necessária uma educação voltada aos diferentes cidadãos e territórios que compõem o Brasil, uma educação que represente e valorize as culturas, as lutas e as resistências e que estimule o desenvolvimento territorial multidimensional (econômico, político, social, cultural, ambiental, etc.) baseado no modo de vida e de trabalho dos diferentes grupos populacionais.

Futuras pesquisas poderiam explorar a implementação de programas piloto que atendam às demandas identificadas pelos estudantes e professores da EJA, bem como avaliar o impacto dessas intervenções na qualidade da educação oferecida. Para alcançar uma educação de qualidade com um maior nível de equidade, é necessária uma abordagem sistêmica que articule os programas sociais com a escola e o emprego, fortaleça culturalmente aqueles que dela necessitam e ajude

os jovens a desenvolver uma identidade que os impulsiona a transcender as limitações do ambiente.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.; ARAÚJO, N. S.; P. M, FIUZA. **DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESTITUIÇÃO DE DIREITOS E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA.** REVISTA COCAR, EDIÇÃO ESPECIAL, N. 11, 2022.

BARROS, J.; PINEDA, C. E ANDRADE, H. **EL PLAN NACIONAL DE EDUCACIÓN BRASILEÑA (2014-2024) Y LOS DESAFÍOS PARA EL DESARROLLO LOCAL.** RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT, V. 7, N. 4, P. 01-21, 2018.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDBEN. LEI N. 9394/1996.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO Nº 3, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018. ATUALIZA AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO. BRASÍLIA, DF, 2018.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO Nº 1 DE 20 DE MAIO DE 2021. DOU – DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO PUBLICADO EM 01/06/2021 Ed. 102 SEC.1 P. 108 MEC/ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. PARECER CNE/CEB 11/2000. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. BRASÍLIA: MEC, 2000.

FERREIRA, J. S.; MOTA, M. L; CRUZ, M. S. R.; SILVA, M. A. A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO NO ALTO SOLIMÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA: RELATO DAS EXPERIÊNCIAS DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NO INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA. In: RODRIGUES, J. V. F. C. ET AL. (ORG.). **ENSINO DE GRADUAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: EXPERIÊNCIAS E OPORTUNIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NA UFAM.** MANAUS: EDUA, 2021.

FERREIRA, J. S. E PINEDA, C. (ORG.). **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DA FLORESTA: TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E PRÁTICAS.** SÃO PAULO: ALEXA CULTURAL, 2022.

GALVÃO, A. M. O.; DI PIERRO, M. C. **PRECONCEITO CONTRA O ANALFABETO.** SÃO PAULO: CORTEZ, 2007.

HADDAD, S. A AÇÃO DE GOVERNOS LOCAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. V. 12, N. 35, MAI–AGO, 2007.

NICODEMOS, A.; CASSAB, M. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO TEMPO PRESENTE: ENTRE SILENCIAMENTOS, INVISIBILIDADE, RETROCESSOS E RESISTÊNCIAS. REVISTA COCAR, EDIÇÃO ESPECIAL, N. 11, 2022.

PEREIRA, M. L. DE C. A CONSTRUÇÃO DO LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. BELO HORIZONTE: AUTENTICA/FCH-FUMEC, 2006.

PIRRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. VISÕES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL. CADERNOS CEDES, ANO XXI, N. 55, NOV., 2001.

PINEDA, C. EL PLAN NACIONAL DE EDUCACIÓN BRASILEÑO 2014–2024: UN ANÁLISIS DE FUTURO. REVISTA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAED) – VOL. 39, Nº 1, JAN./DEZ. 2023.

PINEDA, C. E BARROS, J. N. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: TRANSFORMANDO DIFÍCULDADES EM OPORTUNIDADES. REVISTA COMMUNITAS V5, Nº11, JUL–SET. 2021

STAKE, R. E. PESQUISA QUALITATIVA: ENTENDENDO COMO AS COISAS FUNCIONAM. TRADUÇÃO KARLA REIS. PORTO ALEGRE: PENSO, 2011, P. 148–199.